

Casa Bahia Comercial Ltda.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014
com Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da Casa Bahia Comercial Ltda.
São Caetano do Sul – SP

Introdução

1 - Examinamos as demonstrações financeiras individuais ("Controladora") e consolidadas da Casa Bahia Comercial Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2 - A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3 - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4 - Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

5 - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa Bahia Comercial Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Informação Suplementar – demonstrações do valor adicionado

6 - Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2016.

Hirashima & Associados
Auditores Independentes
CRC-2SP025496/O-4



Taiki Hirashima
Contador CRC-1SP056189/O-1



Poliana de Oliveira Hespanhol de Andrade
Contador CRC-1SP258022/O-1

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	182.249	329.636	193.609	331.303
Contas a receber	7	2.262	1.999	5.510	3.975
Partes relacionadas	10	-	-	6.087	-
Outros ativos financeiros	8	4.991	6.432	4.991	6.432
Tributos a recuperar	9	7.904	14.305	10.003	14.438
Despesas antecipadas	-	202	366	274	459
Outras contas a receber	11	11.724	13.622	14.503	17.701
Total do ativo circulante		209.332	366.360	234.977	374.308
Não circulante					
Tributos a recuperar	9	119.785	86.926	119.993	86.926
Partes relacionadas	10	128.377	86.212	212.403	88.030
Depósitos judiciais e recursais	18	163.796	169.236	163.798	169.236
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	307.146	307.146	311.782	312.207
Outras contas a receber	11	3.839	4.573	3.849	4.573
Investimentos	12	154.796	198.757	-	-
Propriedade para investimentos	13	1.152.747	1.165.244	1.525.741	1.473.524
Imobilizado	14	4.481	7.291	5.257	8.195
Intangível	15	-	-	5.411	-
Total do ativo não circulante		2.034.967	2.025.385	2.348.234	2.142.691
Total do ativo		2.244.299	2.391.745	2.583.211	2.516.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	122.228	67.087	153.985	67.087
Receita diferida	-	-	-	160	160
Fornecedores	-	9.505	4.085	10.301	4.564
Adiantamento de clientes	-	0	26	93	113
Salários e encargos sociais	-	929	953	967	1.052
Valores a repassar	-	45	53	66	75
Impostos e contribuições	18	3.293	2.898	3.979	3.471
Dividendos a pagar	-	15.308	41.008	15.308	41.008
Outras contas a pagar	-	127	2.129	127	2.129
Total passivo circulante		151.435	118.239	184.986	119.659
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	111.644	95.373	313.842	95.373
Receita diferida	-	-	-	1.044	1.204
Impostos e contribuições	18	83.917	59.999	83.917	59.999
Partes relacionadas	10	735	10.440	738	10.440
Provisão para demandas judiciais	19	128.226	217.309	128.226	217.309
Outras contas a pagar	-	3.086	3.262	3.086	3.262
Total passivo não circulante		327.608	386.383	530.853	387.587
Patrimônio Líquido					
Capital social	20	1.953.674	1.953.674	1.953.674	1.953.674
Reserva de lucros	-	5.291	5.291	5.291	5.291
Resultados acumulados	-	(193.709)	(71.842)	(193.709)	(71.842)
Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Sociedade		1.765.256	1.887.123	1.765.256	1.887.123
Participação dos quotistas minoritários				102.116	122.630
Total do patrimônio líquido		1.765.256	1.887.123	1.867.372	2.009.753
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.244.299	2.391.745	2.583.211	2.516.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil quotas)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita líquida de vendas	21	261.401	265.237	315.411	301.104
Lucro bruto		261.401	265.237	315.411	301.104
(Despesas) receitas operacionais					
Comercial		-	(1.039)	-	(1.042)
Gerais e administrativas		(40.616)	(182.198)	(69.512)	(210.377)
Pessoal		(204.889)	(175.258)	(205.518)	(176.097)
Honorários da administração		(2.597)	(7.153)	(4.097)	(9.987)
Tributárias		(30.549)	(2.057)	(30.993)	(2.227)
Depreciações e amortizações		(13.311)	(20.371)	(17.844)	(26.016)
Equivalência patrimonial	12	(51.551)	(3.538)	-	(537)
Resultado não realizado em operações com controladas		1.590	5.232	1.590	5.232
Outras receitas operacionais		147	5.414	(68.172)	(366)
		(341.776)	(380.968)	(394.546)	(421.417)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		(80.375)	(115.731)	(79.135)	(120.313)
Resultado financeiro, líquido	22	(41.492)	10.656	(71.426)	10.764
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(121.867)	(105.075)	(150.561)	(109.549)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido					
Corrente	17	-	-	(64)	-
Diferido	17	-	33.233	(3.568)	35.713
Prejuízo líquido do exercício		(121.867)	(71.842)	(154.193)	(73.836)
Participação dos quotistas minoritários				32.327	1.994
Prejuízo atribuível a proprietários da Sociedade				(121.867)	(71.842)
Milhares de quotas em circulação no final do exercício		1.953.674	1.953.674		
Prejuízo por lote de mil quotas do capital social ao final do exercício		(62,38)	(36,77)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Atribuível a proprietários da Sociedade			Participação dos quotistas minoritários	Total
	Capital social	Reserva de capital	Lucros (prejuízos) acumulados		
Em 31 de dezembro de 2013	1.953.595	5.291	-	70.567	2.029.453
Aumento de capital por acervo líquido advindo da incorporação dos ativos líquidos da CSCM	79	-	-	-	79
Aumento de capital	-	-	-	54.057	54.057
Prejuízo do exercício	-	-	(71.842)	(1.994)	(73.836)
Em 31 de dezembro de 2014	1.953.674	5.291	(71.842)	122.630	2.009.753
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	1.000	1.000
Resultado atribuído aos sócios minoritários	-	-	-	(32.327)	(32.327)
Mudança de participação em controladas	-	-	-	10.813	10.813
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	(121.867)	-	(121.867)
Em 31 de dezembro de 2015	1.953.674	5.291	(193.709)	102.116	1.867.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(121.867)	(71.842)	(154.193)	(73.836)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	13.311	20.371	17.844	26.016
Provisão para contingências	(98.780)	68.072	(98.780)	68.072
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(33.233)	3.568	(35.713)
Equivalência patrimonial	51.551	3.538	-	537
Lucro não realizado na venda de imobilizado	(1.590)	(5.232)	(1.590)	(5.232)
Resultado na alienação de ativos não circulantes	(79)	756	1.110	6.948
Res. na alienação de ativos não circ. partes relacionadas	-	-	65.339	-
Receita de dividendos	(125)	-	(125)	-
Provisão para devedores duvidosos	(123)	4	(123)	4
Receita financeira	-	-	(2.960)	-
Variação cambial	70.407	19.605	154.282	19.605
Ajuste a valor justo	6.808	(2.520)	6.808	(2.520)
Juros apropriados	7.879	2.233	22.719	2.233
Perdas eventuais	183	(79)	183	(79)
Baixa de ativos não circulantes como despesa	4.816	1.143	6.777	1.143
Participação dos quotistas minoritários no resultado	-	-	32.327	1.994
	(67.609)	2.816	53.186	9.172
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Aplicações financeiras	-	82.890	-	83.602
Contas a receber	(140)	(202)	(1.412)	(1.781)
Tributos a recuperar	(22.720)	(18.214)	(23.798)	(17.626)
Despesas antecipadas	164	(287)	185	(380)
Valores a receber de partes relacionadas	(42.165)	9.020	(40.069)	(1.108)
Depósitos judiciais e recursais	5.440	43.868	5.438	43.868
Outros tributos diferidos	-	-	(3.145)	-
Outras contas a receber	2.386	(4.851)	2.448	(4.604)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Receita diferida	-	-	(160)	(160)
Fornecedores	5.394	(48.355)	5.737	(48.588)
Adiantamento de clientes	-	26	(20)	95
Salários e encargos sociais	(24)	153	(85)	199
Valores a repassar	(184)	(671)	(9)	(1.315)
Impostos e contribuições	24.313	22.548	24.426	22.645
Partes relacionadas	(9.705)	10.440	(9.704)	10.440
Demandas judiciais	9.697	(11.322)	9.697	(11.322)
Outras contas a pagar	(2.002)	(2.389)	(2.178)	(2.389)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais (em transporte)	(97.155)	85.470	20.538	80.748

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	2014	<u>2015</u>	2014
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais (de transporte)	(97.155)	85.470	20.538	80.748
Atividades de investimentos				
Imobilizado	(846)	(2.791)	(923)	(3.206)
Propriedades para investimento	(6.419)	(10.509)	(76.729)	(64.321)
Goodwill em investimentos	-	-	(5.411)	-
Recebimento venda de imobilizado	846	13.554	4.098	11.569
Recebimento venda de imobilizado - Partes Relac.	-	-	2.270	-
Dividendos recebidos	125	-	125	-
Devolução de imóvel	-	-	191	4.680
Baixa de investimento por incorporação	-	-	-	(20.055)
Adiantamento para futuros investimentos	(6.000)	-	-	-
Outros ativos financeiros	(1.790)	10.663	(1.790)	10.663
Caixa líquido (gerado pelas) atividades de investimento	(14.084)	10.917	(78.169)	(60.670)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	79	-	73.656
Captações de empréstimos e financiamentos	81.352	90.760	381.012	90.760
Amortização de principal	(87.744)	(14.955)	(566.216)	(14.955)
Juros pagos	(7.655)	(4.166)	(18.288)	(4.166)
Emissão de notas promissórias	-	-	140.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.000	-
Investimento por incorporação	-	-	-	526
Fluxo de caixa adquirido	-	-	4.530	-
Distribuição de dividendos	(25.700)	(159.785)	(25.700)	(159.785)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(39.747)	(88.067)	(83.662)	(13.964)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	3.599	-	3.599	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(147.387)	8.320	(137.694)	6.114
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	329.636	321.316	331.303	325.189
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	182.249	329.636	193.609	331.303
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(147.387)	8.320	(137.694)	6.114

Na elaboração da DFC do exercício de 2015 e 2014 foram desconsideradas as movimentações que não afetaram o caixa, conforme determina o CPC 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2015		2014		2015		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas								
Locação de imóveis e prestação de serviços	288.045		292.272		347.892		331.843	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.730)		79		(5.691)		79	
Outras receitas operacionais, líquidas	4.247		14.592		99.640		17.302	
	<u>288.562</u>		<u>306.943</u>		<u>441.841</u>		<u>349.224</u>	
Insumos adquiridos de terceiros								
Custos das mercadorias e serviços								
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(109.407)		(104.278)		(292.094)		(139.816)	
Valor adicionado bruto	<u>179.155</u>		<u>202.665</u>		<u>149.747</u>		<u>209.408</u>	
Retenções								
Depreciações	(13.311)		(20.369)		(19.724)		(26.016)	
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	<u>165.844</u>		<u>182.296</u>		<u>130.023</u>		<u>183.392</u>	
Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de equivalência patrimonial	(51.551)		(3.538)		-		(537)	
Receitas financeiras	85.091		48.420		189.696		48.734	
Outros resultados recebidos em transferência	1.714		5.577		1.715		5.577	
	<u>35.254</u>		<u>50.459</u>		<u>191.411</u>		<u>53.774</u>	
Valor adicionado total a distribuir	<u>201.098</u>	<u>100</u>	<u>232.755</u>	<u>100</u>	<u>321.434</u>	<u>100</u>	<u>237.166</u>	<u>100</u>
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal								
Remuneração direta	199.533	99,2	172.796	74,2	201.263	62,6	175.824	74,1
Benefícios	2.807	1,4	2.119	0,9	2.863	0,9	2.150	0,9
FGTS	633	0,3	692	0,3	645	0,2	705	0,3
	<u>202.973</u>	<u>100,9</u>	<u>175.607</u>	<u>75,4</u>	<u>204.771</u>	<u>63,8</u>	<u>178.679</u>	<u>75,3</u>
Impostos, taxas e contribuições								
Federais	(13.536)	(6,7)	88.644	38,1	(3.112)	(1,0)	90.647	38,2
Estaduais	4.128	2,1	286	0,1	4.129	1,3	286	0,1
Municipais	2.174	1,0	1.344	0,6	3.014	0,9	1.439	0,6
	<u>(7.234)</u>	<u>(3,6)</u>	<u>90.274</u>	<u>38,8</u>	<u>4.031</u>	<u>1,3</u>	<u>92.372</u>	<u>38,9</u>
Remuneração de capitais de terceiros								
Juros	5.700	2,8	2.850	1,2	14.349	4,5	2.857	1,2
Outros	120.390	59,9	34.537	14,8	245.994	77,1	34.672	14,6
Aluguéis pagos	1.136	0,6	1.329	0,6	6.483	2,0	2.422	1,0
	<u>127.226</u>	<u>63,3</u>	<u>38.716</u>	<u>16,6</u>	<u>266.826</u>	<u>83,6</u>	<u>39.951</u>	<u>16,8</u>
Participação dos sócios minoritários no resultado					(32.327)	(10,1)	(1.994)	(1,0)
Resultados retidos do exercício	<u>(121.867)</u>	<u>(60,6)</u>	<u>(71.842)</u>	<u>(30,9)</u>	<u>(121.867)</u>	<u>(37,9)</u>	<u>(71.842)</u>	<u>(30,0)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações corporativas

A Casa Bahia Comercial Ltda. (“Casa Bahia” ou “Sociedade”) é uma Sociedade limitada, com atividades iniciadas em 1952 e a partir de julho de 2010, passou a ter como objetivo social preponderante a administração, compra, venda e locação de imóveis próprios.

A Sociedade possui atualmente um portfólio de imóveis que inclui lojas de rua e shopping, centros de distribuição, edifícios de escritórios, galpões industriais e terrenos, localizados em diversos Estados do Brasil, destacadamente concentrados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Sociedade possui participação societária majoritária nas empresas Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“CBEI”), Hangar Campo de Marte Ltda. (“Hangar”) e de forma indireta na CB Campo Grande Rio Negócios Imobiliários Ltda. (“CB Campo Grande”). Em 2015 a CBEI passou a fazer parte integrante do capital social da CB Campo Grande.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas com base em diversas fontes de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, que foram determinadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, e análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em “real”, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade e de suas controladas.

A aprovação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de sócios de 26 de fevereiro de 2016.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Declaração de conformidade com os pronunciamentos do CPC

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram apresentadas e elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2015

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Sociedade de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Sociedade pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS 9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2018. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de *hedge* e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Sociedade, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Sociedade quantificará o efeito em conjunto com as outras fases quando for emitida a norma final.

IFRS 15 – Receita de contratos de clientes

Foi emitido em maio de 2014, que passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, estabelece princípios para o reconhecimento aplicáveis a todos os tipos de receitas auferidas por contratos e/ou relacionamento com clientes, cujos impactos na demonstração financeira, decorrente desse novo pronunciamento está em análise pela administração.

Alterações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em conjunto

As alterações à IFRS 11 fornecem orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3:

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

- Combinações de Negócios. Mais especificamente, as alterações afirmam que os princípios relevantes da contabilização de combinações de negócios na IFRS 3 e em outras normas (por exemplo, na IAS 36, com relação ao teste de redução ao valor recuperável de uma UGC, a qual o ágio sobre a aquisição de uma operação conjunta foi alocado) devem ser adotados.

As mesmas exigências devem ser aplicadas à formação de uma operação conjunta se, e apenas se, um negócio existente for contribuído para a operação conjunta por uma das partes que participam da operação conjunta.

Um operador conjunto é também obrigado a divulgar as informações relevantes exigidas pela IFRS 3 e outras normas com relação a combinações de negócios. As alterações à IFRS 11 devem ser adotadas prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização

As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível. Essa presunção pode ser apenas refutada nas duas circunstâncias limitadas a seguir:

a) Quando o intangível é expresso como uma medida da receita. Por exemplo, uma entidade pode adquirir uma concessão para explorar e extrair ouro de uma mina de ouro.

Desde que o contrato determine um valor total fixo de receita a ser gerada com base no qual a amortização é determinada, a receita a ser gerada pode constituir base adequada para fins de amortização do intangível; ou

b) Quando pode ser demonstrado que a receita e o consumo de benefícios do intangível estão substancialmente correlacionados. Tais alterações são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas

As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, *joint ventures* e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaboram demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Casa Bahia Comercial Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresentadas abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("CBEI")	Compra e venda de imóveis próprios.	66,49%	66,49%
Hangar Campo de Marte Ltda.	Atividades de hangaragem, comercialização de aeronaves, de peças e acessórios, prestação de serviços em geral em partes eletrônicas e elétricas.	78,98%	78,98%
CB Campo Grande Negócios Imobiliários Ltda. (i)	Compra, venda e locação de imóveis próprios.	61,44%	0,00%

(i) participação indireta

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Sociedade obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Apesar do quotista Michael Klein ser controlador das empresas consolidadas, para efeito de demonstrações financeiras consolidadas, sua participação na CBEI, no Hangar e na CB Campo Grande está sendo nominada como participação de quotista minoritário.

Companhia Brasileira de Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("CBEI")

Em 09 de novembro de 2011 a Sociedade adquiriu o controle da empresa CBEI, através da transferência de 100% das cotas dos antigos sócios, sendo 99,99% para a Casa Bahia e o restante da participação para a Capital Brasileiro de Empreendimentos e Participações Ltda. ("CBEP"). A Empresa adquirida tem por objetivo a administração e locação de imóveis próprios e compra, venda e participação em outras sociedades. Em 25 de novembro de 2013 a adquirente aumentou seu capital através de aporte de R\$148.500 (2012 – R\$31.900). Na mesma data, a CBEP retirou-se da Sociedade e transferiu suas 25 quotas ao novo sócio. Ainda em 25 de novembro de 2013 o novo

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

sócio subscreveu o montante de R\$70.999 em novas quotas na CBEI. Desta forma, a participação da Sociedade na empresa adquirida passou a ser de 76,29%. Em 2014 o novo sócio subscreveu o montante de R\$ 54.000, sendo assim, a Sociedade passou a ter 66,49% de participação.

Hangar Campo de Marte Ltda. (“Hangar”)

Em 25 de setembro de 2013 a Sociedade ampliou sua participação na empresa Hangar mediante integralização de capital no montante de R\$2.983.

Essa integralização fez com que a Sociedade passasse a deter 78,98% do capital da empresa, motivo pelo qual passou a consolidar esta empresa em suas demonstrações financeiras a partir daquele exercício. A Hangar tem por objeto a prestação de serviço de hangaragem, em aparelhos elétricos e eletrônicos de aeronaves, comércio, importação e exportação de aeronaves de pequeno porte, acessórios, partes e peças.

CB Campo Grande Rio Negócios Imobiliários Ltda. (“CB Campo Grande”)

A Sociedade foi constituída em 15 de agosto de 2014, tendo como quotistas a CB Novos Negócios S.A. (10% do Capital) e Michael Klein (90% do Capital). Em 22 de julho de 2015 a CB Novos Negócios S.A. retirou-se da sociedade cedendo onerosamente suas quotas à CB Publicidade e Propaganda Ltda. Em 23 de Dezembro de 2015 a CB Publicidade e Propaganda Ltda. retirou-se da Sociedade cedendo onerosamente ao quotista Michael Klein as suas quotas. Nesta mesma data o quotista Michael Klein resolve admitir o ingresso da Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“CBEI”) no capital social da Sociedade, emitindo 140 milhões de quotas no valor total de R\$ 140.000.000 subscritas e integralizadas por esta (“CBEI”). Com o ingresso da Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda (“CBEI”). o controle da Empresa CB Campo Grande Rio Negócios Imobiliários Ltda (“CB Campo Grande”). passou a ser exercido pela nova quotista (“CBEI”). A Sociedade (“CB”) consolida a CB Campo Grande uma vez que sua Controladora é uma Controlada (“CBEI”), conforme orientações do CPC 36.

Demonstramos abaixo as informações financeiras condensadas das Empresas controladas pela Sociedade, em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2015			2014	
	CBEI	Hangar	CB Campo Grande	CBEI	Hangar
Ativo circulante	11.692	421	13.532	7.829	120
Ativo não circulante	428.626	1.696	136.502	359.766	1.762
Total do ativo	440.318	2.117	150.034	367.595	1.882
Passivo circulante	26.998	285	6.267	1.232	189
Passivo não circulante	119.008	299	84.303	1.204	426
Patrimônio líquido	294.312	1.533	59.464	365.159	1.267
Total do passivo e do patrimônio líquido	440.318	2.117	150.034	367.595	1.882
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	40.285	2.031	13.672	35.141	726
Despesas administrativas	(113.222)	(1.663)	(68.055)	(42.331)	(1.061)
Custos financeiros	(4.525)	(1)	(25.408)	110	(2)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(77.462)	367	(79.791)	(7.080)	(337)
Imposto de renda contribuição social	(388)	(101)	(3.143)	2.366	114
Lucro (prejuízo) do exercício	(77.850)	266	(82.934)	(4.714)	(223)

4. Políticas contábeis significativas

4.1 Classificação de ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção dos ativos fiscais diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumi-lo no prazo de doze meses a partir da data-base desta demonstração financeira, e os mantidos principalmente para negociação e o caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos circulantes.

Os passivos (com exceção dos passivos fiscais diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como “não circulantes”.

4.2 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

(i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados como ativos financeiros a “valor justo” por meio de resultado e recebíveis. A Sociedade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Os ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, operações a termo, ações, opções de compra e venda de ações, e outras contas a receber e outros recebíveis.

(ii) *Mensuração subsequente*

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a “valor justo” por meio do resultado, como operações a termo, ações e opções de compra e venda de ações. Ativos financeiros são classificados como “mantidos para negociação” se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a “valor justo” por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a “valor justo”, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Sociedade avaliou seus ativos financeiros a “valor justo” por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo.

Quando a Sociedade não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo com possível probabilidade de sofrerem mudanças significativas, pode-se optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias.

A reclassificação para “contas a receber”, “disponíveis para venda” ou “mantidos até o vencimento”, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a “valor justo” por meio do resultado.

Recebíveis: Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o “método de juros efetivos” (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do “método de juros efetivos” é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa de vendas no resultado.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

(iii) *Baixa de reconhecimento de ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Sociedade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o respectivo ativo.

Quando a Sociedade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Sociedade com o ativo.

Nesse caso, a Sociedade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Sociedade manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Sociedade, dos dois o menor.

(iv) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Sociedade avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não são recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. A evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do crédito estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.3 Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Sociedade utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo e opções de compra e venda de ações para fins exclusivos de investimento.

Derivativos são apresentados como outros ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como outros passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, na conta de resultado financeiro em virtude da utilização destes derivativos estarem associados exclusivamente a investimentos e não a proteção em relação à exposição à variação de preço de *commodities* ou oscilação na cotação de moedas.

4.4 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

4.5 Contabilização de *hedge*

A Sociedade utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swap* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo da data de cada balanço. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Sociedade designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge* o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Sociedade deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge*

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedge* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido. São registrados como *hedge* de valor justo, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício;
- b) Com relação aos *hedge* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do exercício restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo ocorrer, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido;
- c) Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado; e no cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

A recuperação das propriedades para investimento por meio das operações futuras bem como as vidas úteis e o valor residual dos mesmos são acompanhadas periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A Sociedade optou por não avaliar as suas propriedades para investimento pelo “valor justo” como custo atribuído, considerando que: (i) o “método de custo” é o melhor método para avaliar as propriedades para investimento da Sociedade; (ii) as propriedades para investimento são segregadas em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Administração revisa frequentemente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil das suas propriedades para investimento, o que vem sendo feito consistentemente pela Sociedade ao longo dos anos; e (iv) a Sociedade possui controles eficazes sobre as suas propriedades para investimento que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil das propriedades.

As vidas úteis anuais remanescentes das edificações, reavaliadas no exercício de 2014, conforme Relatório de Estudo de Estimativas de Vidas Úteis emitido por “Engeval Engenharia de Avaliações”, em 30 de abril de 2014, são de, na média, 48 anos o que corresponde a um percentual anual de vida útil econômica remanescente de 2,06%.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo “custo histórico de aquisição”, fabricação ou construção, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por desvalorização acumuladas, se houver. Quando é necessário repor periodicamente componentes significativos do imobilizado, a Sociedade reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas, respectivamente. Da mesma forma, quando se realiza uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado conforme incorridos.

As avaliações do valor residual e da vida útil são realizadas anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

O reconhecimento dos itens do imobilizado, e de suas eventuais partes significativas, reconhecidos inicialmente são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado quando da baixa do reconhecimento do ativo.

4.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Quando indicadores de redução ao valor recuperável são identificados e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital no segmento em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

A Sociedade agrupa os imóveis em conjuntos homogêneos segundo a localização e natureza dos contratos de aluguel para definição de Unidade Geradora de Caixa (“UGC”).

4.10 Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

b) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais seja provável que um desembolso de caixa futuro seja requerido e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os quotistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos por seus atos societários. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos são aprovados pelos quotistas da Sociedade.

4.12 Apuração do resultado

(i) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e sua mensuração possa ser feita de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Nos exercícios de 2015 e 2014 a Sociedade auferiu receitas com a locação de imóveis, receitas estas que são reconhecidas ao longo do período da locação, determinados nos contratos assinados com os clientes.

(ii) Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo TI e funções financeiras.

(iii) Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da “Demonstração do Resultado” adotada pela Sociedade.

(iv) Resultado financeiro líquido

As despesas financeiras incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o período, compensadas com as perdas com alienações de ativos financeiros, com os encargos financeiros sobre os impostos, bem como os ajustes referentes aos descontos financeiros.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, com os seus correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos como resultado financeiro na demonstração do resultado.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e disponibilidades.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.13 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social correntes relativos aos itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e base negativa, apurados no período.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e em lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

(iii) Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre receitas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese esta em que o imposto sobre as vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e;
- O valor líquido dos impostos sobre receitas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.14 Mensuração do valor justo

Valor justo corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação espontânea entre participantes do mercado na data da mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada no princípio de que a transação de venda do ativo ou transferência do passivo ocorrerá no mercado principal para o ativo ou passivo, ou, na ausência deste, no mercado mais vantajoso. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam para definir o preço, considerando que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Sociedade mensura investimentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e ativos não financeiros, como propriedades para investimento, a valor justo a cada final de exercício. São utilizadas técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

as divulgações de passivos contingentes, na data base das respectivas demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração fez os seguintes julgamentos com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da controlada e consolidadas:

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste expressivo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, dado o amplo aspecto de relacionamentos dos negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou as futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais brasileiras. O valor dessas provisões baseia-se em dois fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço sem dedução dos custos de transação.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade reconhece provisão para as demandas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui: (i) a avaliação das evidências disponíveis, (ii) a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, (iii) as decisões mais recentes nos tribunais e (iv) sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções trabalhistas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	11	32	16	37
Bancos	12.162	7.800	14.547	7.962
Aplicações Financeiras (a)	170.076	321.804	179.046	323.304
	<u>182.249</u>	<u>329.636</u>	<u>193.609</u>	<u>331.303</u>

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 as aplicações financeiras referem-se a CDB e debêntures, emitidas por bancos de primeira linha, são remuneradas às taxas de 100,75% a 104,30% do CDI. Essas aplicações possuem liquidez imediata.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Aluguéis a receber	2.262	2.122	5.263	4.085
Outras contas a receber	-	-	247	13
	<u>2.262</u>	<u>2.122</u>	<u>5.510</u>	<u>4.098</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(123)	-	(123)
	-	(123)	-	(123)
	<u>2.262</u>	<u>1.999</u>	<u>5.510</u>	<u>3.975</u>

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A composição das contas a receber por vencimento está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
A vencer:				
até 30 dias	<u>2.040</u>	<u>1.963</u>	<u>4.026</u>	<u>3.291</u>
	<u>2.040</u>	<u>1.963</u>	<u>4.026</u>	<u>3.291</u>
Vencidos:				
até 30 dias	<u>75</u>	<u>33</u>	<u>384</u>	<u>352</u>
entre 31 a 60 dias	<u>75</u>	<u>1</u>	<u>394</u>	<u>320</u>
entre 61 e 90 dias	<u>72</u>	<u>1</u>	<u>93</u>	<u>1</u>
entre 91 e 180 dias	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>313</u>	<u>11</u>
a mais de 180 dias	<u>-</u>	<u>123</u>	<u>300</u>	<u>123</u>
	<u>222</u>	<u>159</u>	<u>1.484</u>	<u>807</u>
	<u><u>2.262</u></u>	<u><u>2.122</u></u>	<u><u>5.510</u></u>	<u><u>4.098</u></u>

8. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Sociedade possuía ativos financeiros que incluíam derivativos, registrados conforme divulgação a seguir:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ações negociáveis		
Vale	<u>9.308</u>	<u>9.308</u>
Via Varejo	<u>1.790</u>	<u>-</u>
Ajuste valor justo ações negociáveis	<u>(6.107)</u>	<u>(2.876)</u>
	<u><u>4.991</u></u>	<u><u>6.432</u></u>

Os investimentos em títulos patrimoniais detidos pela Sociedade possuem valores negociáveis e determinados em relação a cotações divulgadas em mercados ativos.

A exposição da Sociedade a riscos de crédito, moeda e taxa de juros relacionados a outros ativos financeiros é divulgada na Nota 24.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
IRRF	6.275	3.233	8.045	3.288
Imposto de renda e contribuição social	1.028	141	1.284	151
Imposto de renda e contribuição social - saldo negativo DIPJ (i)	35.867	37.257	36.076	37.325
COFINS (ii)	69.446	49.760	69.506	49.760
PIS (ii)	15.037	10.804	15.049	10.804
Outros impostos	36	36	36	36
	<u>127.689</u>	<u>101.231</u>	<u>129.996</u>	<u>101.364</u>
Circulante	<u>7.904</u>	<u>14.305</u>	<u>10.003</u>	<u>14.438</u>
Não circulante	<u>119.785</u>	<u>86.926</u>	<u>119.993</u>	<u>86.926</u>

- (i) Valores correspondentes a saldo negativo de DIPJ relacionados a IR retido de aplicações financeiras não utilizados na apuração do IRPJ devido.
- (ii) Correspondem a valores depositados judicialmente de PIS e COFINS – Indenizatório no valor de R\$83.917 (2014 – R\$59.999), em função de processo em andamento que questiona a possibilidade de compensação de créditos de PIS e COFINS sobre contratação de serviços de marketing, cuja discussão judicial sobre a possibilidade dessa compensação encontra-se em andamento.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Contas a receber				
Via Varejo S.A. (i)	25.446	26.634	25.534	28.879
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (i)	472	435	472	435
Casa Bahia Contact Center Ltda. (i)	59	57	59	57
Hangar Campo de Marte Ltda.	296	426	-	-
Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda.	69	-	-	-
CB Air Taxi Aéreo Ltda.	46.379	-	46.379	-
Habile Assessoria e Consultoria em Serviços Ltda.	-	400	-	400
ROI Media Participações e Propaganda Ltda.	1.346	1.184	1.346	1.184
Mikeone Fundo de Investimento Imobiliário (ii)	-	-	90.390	-
Sócios controladores	54.310	57.076	54.310	57.076
Total	128.377	86.212	218.490	88.030
Contas a pagar				
Habile Assessoria e Consultoria em Serviços Ltda.	(735)	-	(735)	-
CB Air Taxi Aéreo Ltda.	-	-	(3)	-
Via Varejo S.A.	-	(10.440)	-	(10.440)
Total	(735)	(10.440)	(738)	(10.440)
Receita de aluguéis				
Via Varejo S.A. (i)	257.262	263.050	285.054	288.659
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (i)	5.474	5.086	5.474	5.086
Casa Bahia Contact Center Ltda. (i)	708	683	708	683
Total	263.444	268.819	291.236	294.428

(i) Corresponde a aluguel faturado até dezembro de 2015.

(ii) Refere-se ao saldo a receber da operação de venda de 5 imóveis entre CB Campo Grande e o Fundo Mikeone. Um dos acionistas do fundo é o Sr. Michael Klein.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Outras contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Adiantamento de Fornecedor	102	2.297	2.241	4.515
Bloqueios judiciais	7.227	7.215	7.227	7.215
Venda de imobilizado	520	581	1.133	2.424
Confissão de dívida	2.000	2.000	2.000	2.000
Demais contas a receber	5.714	6.102	5.751	6.120
	<u>15.563</u>	<u>18.195</u>	<u>18.352</u>	<u>22.274</u>
Circulante	<u>11.724</u>	<u>13.622</u>	<u>14.503</u>	<u>17.701</u>
Não circulante	<u>3.839</u>	<u>4.573</u>	<u>3.849</u>	<u>4.573</u>

12. Investimentos

a) Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Participação em empresas controladas	<u>154.796</u>	<u>198.757</u>
	<u>154.796</u>	<u>198.757</u>

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Informações sobre empresas controladas

	31.12.2015			31.12.2014
	CBEI	Hangar	Total	Total
Número de quotas				
Total	373.075.698	3.855.796		
Possuídas	248.076.184	3.045.405		
Percentual de participação	66,495%	78,983%		
Patrimônio Líquido	295.227	1.267		
Lucro (prejuízo) do exercício	(77.849)	266		
Baixa no investimento	-	-		
Valor contábil do investimento	<u>153.585</u>	<u>1.211</u>	<u>154.796</u>	<u>198.757</u>
Resultado da equivalência	<u>(51.761)</u>	<u>210</u>	<u>(51.551)</u>	<u>(3.538)</u>

b) Movimentação dos investimentos – Controladora

	CBEI	CMEI	Hangar	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>175.831</u>	<u>20.055</u>	<u>1.177</u>	<u>197.063</u>
Equivalência patrimonial	(2.825)	(537)	(176)	(3.538)
Incorporação	19.518	(19.518)	-	-
Realização de lucros de exercícios anteriores	<u>5.232</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.232</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>197.756</u>	<u>-</u>	<u>1.001</u>	<u>198.757</u>
Equivalência patrimonial	(51.761)	-	210	(51.551)
Adiantamento para futura participação societária	6.000	-	-	6.000
Realização de lucros de exercícios anteriores	<u>1.590</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.590</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>153.585</u>	<u>-</u>	<u>1.211</u>	<u>154.796</u>

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

13. Propriedades para investimento

a) Controladora

						Controladora
	31.12.2014	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	31.12.2015
Terrenos	329.215	72	-	-	3.714	333.001
Edificações	831.489	2.580	(15.802)	-	(415)	817.852
Edificações em andamento	247	38	-	-	(38)	247
Adiantamento a fornecedores	4.292	3.691	-	(3.573)	(3.343)	1.067
Bens em Comodato	1	-	-	-	-	1
Instalações	-	38	(25)	-	566	579
	1.165.244	6.419	(15.827)	(3.573)	484	1.152.747

As depreciações estão registradas ao valor líquido de créditos de PIS e COFINS incidente sobre as mesmas no valor R\$3.738.

b) Consolidado

	Consolidado								
	31.12.2014	Absorção CB Campo Grande	Saldo final consolidado 2014	Adições	Depreciações	Baixas	Resultado não realizado da venda de ativos	Transferências	31.12.2015
Terrenos	480.736	56.034	536.770	9.071	-	(52.018)	-	32.366	526.189
Edificações	977.663	102.606	1.080.269	33.092	(21.321)	(106.379)	1.590	(380)	986.871
Edificações em andamento	691	-	691	88	-	-	-	(38)	741
Adiantamento a fornecedores	17.433	-	17.433	34.347	-	(5.575)	-	(32.030)	14.175
Provisão para perdas	(3.000)	-	(3.000)	-	-	-	-	-	(3.000)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens em Comodato	1	-	1	-	-	-	-	-	1
Instalações	-	-	-	131	(30)	-	-	663	764
	1.473.524	158.640	1.632.164	76.729	(21.351)	(163.972)	1.590	581	1.525.741

As depreciações estão registradas ao valor líquido de créditos de PIS e COFINS incidente sobre as mesmas no valor R\$4.834.

c) Testes de recuperação de ativos

Em 31 de dezembro de 2015, não foi constatada perda relacionada a redução ao valor recuperável em relação à Unidade Geradora de Caixa – UGC. O valor recuperável das propriedades para investimento foram comparados com o valor de mercado de cada UGC, apurados pelos laudos levantados por consultoria externa. Os valores das propriedades para investimento, apurados com base no método comparativo direto de dados do mercado, totalizaram R\$5.102.185 (valores brutos, sem considerar qualquer efeito tributário que pudesse incidir sobre eventual ganho de capital).

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

d) Revisão da vida útil de propriedades para investimento

A vida útil das propriedades para investimento foram revisadas por consultoria externa especializada que preparou laudos ao longo do exercício de 2014 e foram aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2015. Para as aquisições ocorridas após 1º de janeiro de 2015, as vidas úteis remanescentes tem sido definidas como as previstas na legislação tributária. Em 2016 será feito o novo estudo para verificação de vida útil e as novas taxas serão aplicadas a partir de 2017.

14. Imobilizado

	31.12.2014	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Controladora 31.12.2015
Veículos e veículos especiais	5.799	726	(972)	(1.895)	81	3.739
Sistemas aplicativos	102	12	(48)	(12)	-	54
Móveis e utensílios	545	33	(77)	-	-	501
Computadores periféricos	134	10	(49)	-	1	96
Máquinas e equipamentos	83	29	(11)	(43)	-	58
Benfeitorias	51	12	(30)	-	-	33
Instalações	577	24	(35)	-	(566)	-
	7.291	846	(1.222)	(1.950)	(484)	4.481

	31.12.2014	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Consolidado 31.12.2015
Veículos e veículos especiais	5.805	725	(973)	(1.899)	81	3.739
Sistemas aplicativos	183	12	(70)	(12)	-	113
Móveis e utensílios	1.025	94	(132)	-	-	987
Computadores periféricos	135	10	(49)	-	1	97
Máquinas e equipamentos	218	28	(26)	(42)	-	178
Benfeitorias	149	29	(36)	-	-	142
Instalações	680	25	(41)	-	(663)	1
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-
	8.195	923	(1.327)	(1.953)	(581)	5.257

15. Intangível

Em 2015 a controlada CBEI passa a fazer parte integrante do capital social da CB Campo Grande. O saldo de intangível no consolidado corresponde a expectativa de rentabilidade futura pelo investimento realizado.

O percentual de participação societária da CBEI corresponde a 92,41% do PL da CB Campo Grande “(investida)”.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	CB Campo Grande
Valor contábil do investimento	131.589
<i>Goodwill</i>	5.411
Valor investido	<u>137.000</u>

16. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos, contratados em moeda nacional e estrangeira, estão apresentados a seguir:

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Moeda Nacional					
Banco Bradesco	CDI + 1,38% a.a.		1.606	-	1.606
Certificado Recebíveis Imobiliários	IPCA + 9,123% a.a.	17.704	23.459	108.094	23.459
Notas Promissórias	CDI + 3,15 % a.a.	-	-	143.565	-
		<u>17.704</u>	<u>25.065</u>	<u>251.659</u>	<u>25.065</u>
Moeda Estrangeira					
Banco Citibank	LIBOR + 2,95% a.a.	216.168	137.395	216.168	137.395
		<u>233.872</u>	<u>162.460</u>	<u>467.827</u>	<u>162.460</u>
Circulante		<u>122.228</u>	<u>67.087</u>	<u>153.985</u>	<u>67.087</u>
Não circulante		<u>111.644</u>	<u>95.373</u>	<u>313.842</u>	<u>95.373</u>

Para a operação em moeda estrangeira a Sociedade contratou operação de *hedge* (operações a termo de moeda sem entrega física) para proteção aos efeitos da variação cambial que podem ser provocados pelo empréstimo contratado. Os contratos com cobertura de *hedge* corresponde a 33% do total de contratos em moeda estrangeira. As taxas a termo do contrato na qual há cobertura de *hedge* está sujeita a limitador para cobertura.

Até 31 de dezembro de 2015, esta operação de *hedge* cobriu parte do impacto da variação cambial, reconhecido ao valor justo de R\$9.486 na Controladora e R\$76.908 no Consolidado, registrado na rubrica “Resultado financeiro, líquido”. Existem contratos nos quais há limitadores da taxa a termo contratada, impactando na eficácia do *hedge*. Os contratos em moeda estrangeira na qual não há derivativos designados à *hedge* foram contratados em 2015.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Posição de contratos em moeda estrangeira sem derivativos designados à *hedge*:

	<u>Vencimento final</u>	<u>Dívida em US\$ em 31.12.2015</u>	<u>Valor em R\$ com a cotação inicial</u>	<u>Valor em R\$ em 31.12.2015</u>
Banco Citibank	mai/17	12.026	37.753	46.958
Banco Citibank	jul/17	13.784	44.108	53.823
		<u>25.810</u>	<u>81.861</u>	<u>100.781</u>

Demonstração de liquidação de empréstimos com cobertura de *hedge*:

	<u>US\$ Original</u>	<u>Valor em R\$ original</u>	<u>Valor em R\$ liquidado</u>	<u>Controladora Efeito da variação cambial</u>
Empréstimos em moeda estrangeira				
Banco Citibank	25.164	56.542	85.297	(28.755)
Resultado do <i>hedge</i> - NDF (i)				9.486
<u>Valor não coberto pelo <i>Hedge</i></u>				<u>(19.269)</u>

(i) O resultado do *hedge* foi afetado pelo fator limitador de cobertura que consta nos contratos fechados.

	<u>US\$ Original</u>	<u>Valor em R\$ original</u>	<u>Valor em R\$ liquidado</u>	<u>Consolidado Efeito da variação cambial</u>
Empréstimos em moeda estrangeira				
Banco Citibank	25.164	56.542	85.297	(28.755)
Banco Safra	66.507	179.242	227.579	(48.337)
Banco Hsbc	75.655	208.431	255.800	(47.369)
	<u>167.326</u>	<u>444.215</u>	<u>568.676</u>	<u>(124.461)</u>
Resultado do <i>hedge</i> - NDF				71.801
Resultado do <i>hedge</i> - <i>Swap</i> cambial				5.107
				<u>76.908</u>
<u>Valor não coberto pelo <i>Hedge</i></u>				<u>(47.553)</u>

A Administração Financeira da Sociedade está avaliando possibilidades de contratação de operações de *hedge* (operações a termo de moeda sem entrega física) para os contratos nos quais ainda não há proteção.

Como garantias dos empréstimos foram concedidos avais do sócio controlador.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Como garantia de um dos empréstimos do CRI, foi concedido em forma de hipoteca o imóvel de Contagem (MG). Em 31 de dezembro de 2015 o imóvel tem o valor residual R\$ 125.661 e está registrado na CBEI.

Para determinados contratos há compromissos (“*covenants*”) assumidos pela administração da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2015, esses compromissos foram atendidos como requeridos nos contratos.

As parcelas classificadas no Não Circulante tem os vencimentos nos seguintes exercícios:

	Controladora e Consolidado
<u>Anos de vencimento:</u>	<u>31.12.2015</u>
2017	143.591
2018	40.928
2019	37.346
2020	38.079
2021	9.401
2022	10.214
2023	11.154
2024	12.159
2025	10.970
	<u>313.842</u>

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(121.867)	(105.075)	(150.562)	(109.549)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	41.435	35.726	51.191	37.247
(Adições) / Exclusões				
Doações e donativos	(832)	(559)	(832)	(620)
Outras (despesas/receitas) indedutíveis/não tributáveis	(840)	(848)	(1.508)	(848)
Resultado de equivalência patrimonial	(17.527)	(1.203)	-	(183)
Receita de dividendos	42	117	42	117
Valor residual em IFRS de ativo baixado	-	-	-	-
Outras adições	(18.777)	-	(18.687)	-
Exclusões	-	-	-	-
	3.501	33.233	30.206	35.713
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	(64)	-
Diferido (i)	-	33.233	(3.568)	35.713
	-	33.233	(3.632)	35.713

(i) A Casa Bahia Comercial Ltda não constituiu IR/CS diferido no exercício de 2015.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável:				
Provisão para demandas judiciais	53.039	86.433	53.039	86.433
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.047	1.027	1.047	1.027
Depreciações	(35.508)	(27.142)	(37.139)	(27.255)
Lucros não realizados	14.773	15.313	14.773	15.313
Outras movimentações	2.079	522	2.079	522
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	275.217	230.993	311.756	236.167
IR diferido não constituído em 2015	(3.501)	-	(33.773)	-
	307.146	307.146	311.782	312.207

Baseados no estudo técnico de realização, a expectativa da Administração é de que os impostos e contribuições diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam integralmente realizados até 2024.

Até 2014 a Sociedade constituía o IR diferido, devido ao 4º ano consecutivo de prejuízo a mesma decidiu não constituir em 2015.

18. Impostos e contribuições

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
ICMS	-	7	-	7
PIS	15.367	11.144	15.445	11.199
COFINS	71.001	51.327	71.392	51.579
IRRF	651	301	758	365
INSS	100	25	144	157
ISS	91	55	135	114
Contribuição social	-	38	22	49
Total	87.210	62.897	87.896	63.470
Circulante	3.293	2.898	3.979	3.471
Não circulante	83.917	59.999	83.917	59.999

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Os valores classificados no Não Circulante, correspondem aos valores de PIS e COFINS a recolher, cujas liquidações encontram-se em discussão judicial e que possuem depósitos judiciais correspondentes aos valores integrais devidos. Os depósitos foram realizados pela Sociedade para futura utilização dos créditos decorrentes de gastos com publicidade e propaganda, referente ao período compreendido entre 2007 e 2010 e encontram-se classificados na rubrica “Tributos a recuperar”.

19. Provisão para demandas judiciais

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária e em processos administrativos de natureza cível e tributária. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões para demandas judiciais são suficientes para cobrir as perdas prováveis. Estas provisões, líquidas dos depósitos judiciais associados a essas causas prováveis, estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Trabalhista (a)	97.267	123.535	97.267	123.535
Cível (b)	27.057	19.166	27.057	19.166
Tributárias (c)	3.769	74.608	3.769	74.608
Patrimonial (d)	133	-	133	-
	<u>128.226</u>	<u>217.309</u>	<u>128.226</u>	<u>217.309</u>

- a) Correspondem à estimativa de valores relacionados a vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Os processos cujas perdas são consideradas como “possível” pelos nossos assessores jurídicos totalizaram, em 31 de dezembro de 2015, R\$261.723 na Controladora no Consolidado (2014 - R\$205.718 na Controladora e no Consolidado). A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas contingências registrando provisões para perdas quando estimadas de forma razoável, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.
- b) A Sociedade responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Esta provisão corresponde aos processos cujas perdas são consideradas de risco provável. Os processos cujas perdas são consideradas como “possível” pelos nossos assessores jurídicos totalizaram, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 129.747 (R\$49.484 em 31 de dezembro de 2014) na Controladora e no Consolidado.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

- c) A Sociedade responde a ações de natureza tributária e outras em diversos níveis judiciais. Esta provisão corresponde aos processos cujas perdas são consideradas de risco provável pelos assessores jurídicos da Sociedade, em eventuais questionamentos. Os processos cujas perdas são consideradas como “possível” totalizaram, em 31 de dezembro de 2015, R\$674.429, sendo R\$671.592 de responsabilidade Casa Bahia e R\$2.837 de responsabilidade compartilhada entre Casa Bahia e Via Varejo (R\$1.148.488 em 31 de dezembro de 2014) na Controladora e no Consolidado. Para três processos cuja perda é considerada de risco possível, a Sociedade contratou cartas de fiança, junto ao Banco Bradesco e Safra, no montante de R\$ 354.065 em 31 de dezembro de 2015 (R\$247.920 em 31 de dezembro de 2014).
- d) Os processos patrimoniais têm como objeto, em massa, execuções fiscais de multas aplicadas por autoridades pelo descumprimento de legislações relacionadas à legalização de imóvel ou obra. A integridade desses processos possuem probabilidades de perdas são consideradas como “possível” e totalizaram, R\$3.250 em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.659 em 31 de dezembro de 2014).

Passivos tributários contingentes:

Como mencionado acima, a Sociedade tem outras contingências tributárias que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como “possíveis”, mas não “prováveis”, portanto, não provisionadas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Os principais casos tributários estão descritos a seguir:

- *Contribuições previdenciárias* – A Sociedade foi citada na Justiça Federal de Goiás em processos de dívidas fiscais com a União Federal, por supostamente incorrer em sucessão tributária na aquisição de determinados imóveis no passado. Os processos estão em discussão judicial, cuja perda possível corresponde a R\$130.000 (R\$115.158 em 31 de dezembro de 2014). Desse valor, R\$15.899 em 31 de dezembro de 2015 estão garantidos com Fiança Bancária.
- *PIS/COFINS* – Em 2015 a Sociedade foi citada em Execução Fiscal de dívidas fiscais com a União Federal, por supostamente alocar as taxas de administradora de cartões de crédito em linhas diversas na DACON. O processo está em discussão judicial, cuja perda possível corresponde à R\$113.574. Desse valor R\$ 83.831 estão garantidos com Fiança Bancária.

Adicionalmente, a Sociedade possui processos tributários cujas perdas são consideradas como remotas, para os quais R\$416.285 em 31 de dezembro de 2015 (R\$254.344 em 31 de dezembro de 2015) estão garantidos com Fiança Bancária.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Depósitos Judiciais:

A Sociedade mantém depósitos judiciais no montante de R\$163.796 na controladora e no consolidado (2014 - R\$169.236 na controladora e no consolidado) garantindo o andamento das causas cíveis e trabalhistas nas quais encontra-se envolvida.

20. Patrimônio líquido

O Capital Social subscrito e integralizado da sociedade é de R\$1.953.674 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, representado por 1.953.674 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada uma delas.

	<u>Quotas</u>	<u>Reais</u>
Samuel Klein	434.675	434.675
Michael Klein	813.285	813.285
Altara RK Limited	135.541	135.541
Altara NK Limited	135.541	135.541
Twins-CB Limited	434.632	434.632
	<u>1.953.674</u>	<u>1.953.674</u>

Em 2015 ocorreu a distribuição de dividendos no montante de R\$ 25.700 (R\$159.785 em 2014). Referente aos resultados apurados nos anos de 2012 e 2013 e o saldo ainda não distribuído esta registrado na rubrica “Dividendos a pagar”.

Em ata de reunião de sócios registrada na JUCESP em 16 de janeiro de 2015, a Sociedade comunica o falecimento do sócio Sr. Samuel Klein ocorrida em 20 de novembro de 2014, bem como delibera que sejam tomadas todas as medidas necessárias pelos herdeiros com relação ao inventário. Aguarda-se o término do inventário para que a próxima alteração societária seja providenciada e registrada na Junta Comercial.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

21. Receita líquida de locação de imóvel e prestação de serviço

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Locação de imóveis	288.408	292.885	348.464	331.657
Prestação de serviços	-	-	392	847
Descontos incondicionais sobre receita	(363)	(612)	(963)	(662)
Receita bruta de vendas líquida de descontos incondicionais	288.045	292.273	347.893	331.842
Impostos sobre vendas	(26.644)	(27.036)	(32.482)	(30.738)
	261.401	265.237	315.411	301.104

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Aplicação financeira	36.717	33.022	38.169	33.266
Varição cambial	(70.407)	(18.586)	(154.282)	(18.586)
Operações de hedge	9.486	185	71.801	185
Ajuste a valor justo	(6.808)	2.520	(1.701)	2.520
Juros sobre empréstimos e correção monetária	(1.722)	(2.202)	(14.194)	(2.200)
Comissão carta de fiança	(4.658)	(3.353)	(4.658)	(3.360)
Multa e juros sobre encargos e impostos	(2.970)	(386)	(2.976)	(408)
Outros	(1.130)	(544)	(3.585)	(653)
Resultado financeiro, líquido	(41.492)	10.656	(71.426)	10.764

23. Cobertura de seguros

A Sociedade adota a política de seguros em níveis considerados suficientes para cobrir os riscos decorrentes de eventuais sinistros contra incêndios, quedas de raio, explosão e roubo, que afetariam as propriedades de investimentos e o ativo imobilizado. O valor contratado de cobertura diretamente pela Sociedade é de R\$91.946 na controladora e de R\$ 317.507 no consolidado em 31 de dezembro de 2015. Os locatários dos imóveis da Sociedade possuem obrigações contratuais de contratação de seguros, como previsto nos contratos de locação.

O escopo do trabalho dos nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Sociedade e que a considerou suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

24. Compromissos

Compromissos decorrentes de implementação da Associação

Na implementação da Associação, em 2010, foram identificados créditos de ressarcimento de ICMS-ST e ICMS próprio identificados extemporaneamente e que não constaram no balanço de abertura de NCB de 30 de junho de 2010. Esses créditos serão utilizados pela Via Varejo (que incorporou a NCB) e, em caso de eventuais perdas específicas decorrentes da utilização dos mencionados créditos, a Sociedade indenizará a Via Varejo.

Da mesma forma, como previsto no acordo de Associação de 2010, a Sociedade tem obrigação de indenizar a Via Varejo por eventuais perdas e danos decorrentes de questões trabalhistas ou previdenciárias relativas a empregados transferidos da Sociedade cujo fato gerador ou origem se dê a partir da data do seu desligamento da Via Varejo.

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Sociedade, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Sociedade. A Sociedade possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes, outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Sociedade também mantém investimentos disponíveis para venda e contrata transações com opções de compra e venda de ações. A Sociedade está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração da Sociedade supervisiona a gestão desses riscos. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisão apropriada.

Em decorrência da conjuntura econômica do país, a taxa do dólar está elevada. Em 31 de dezembro de 2014 era de R\$2,65 e encerrou o exercício de 2015 em R\$3,90, com expectativa de alta volatilidade durante o exercício de 2016. Este evento, e seus desdobramentos ao longo do exercício, poderão alterar a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

* * *